

7

MIC  
Ministério da Cultura

ippar

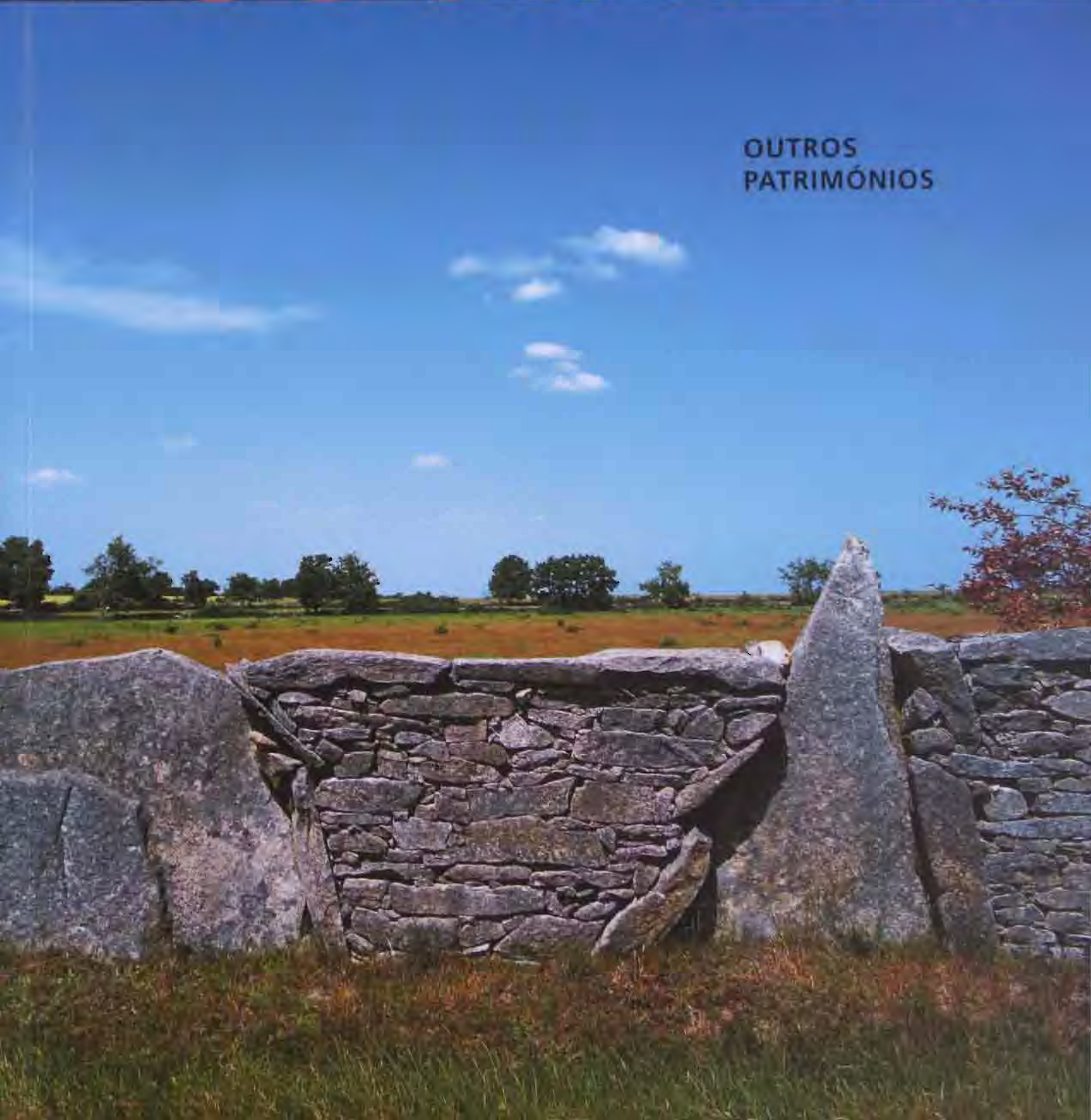
ISSN 1645-2453

2004

PVP  
12,00€

# PATRIMÓNIO estudos

OUTROS  
PATRIMÓNIOS



# A salvaguarda do património cemiterial em Portugal

## Problemas, critérios e perspectivas

Francisco Queiroz  
Ana Margarida Portela

Historiador da Arte,  
Professor auxiliar da Escola  
Superior Artística do Porto –  
Curso de Arquitectura  
Conservadora/restauradora  
e historiadora da Arte  
[http://franciscoeanamargarida.  
planetaclix.pt](http://franciscoeanamargarida.planetaclix.pt)

### A emergência da noção de património cemiterial – breve contextualização

A classificação de cemitérios oitocentistas no âmbito da salvaguarda do património histórico construído é um fenómeno relativamente recente. Só em 1992 foi feito o primeiro congresso internacional sobre cemitérios contemporâneos, em Sevilha. Na mesma época, os cemitérios andaluzes foram inventariados por ordem da respectiva autoridade regional, tendo alguns – os mais relevantes – sido classificados. Foi mesmo publicado um livro sobre o assunto<sup>1</sup>. Em 1993 decorreu o primeiro simpósio internacional de arte cemiterial em Wrocław (Polónia), cujas actas foram publicadas pelo ICOMOS. Em 2001 foi criada a ASCE (Association of Significant Cemeteries in Europe), que hoje tem representações em treze países europeus, não incluindo Portugal.

Actualmente, existem já bastantes cemitérios classificados a nível mundial. Havendo mesmo quatro cemitérios que se enquadram no estatuto de património da humanidade: Mont Auburn (EUA), Highgate (Londres), Père Lachaise (Paris) e Woodland (Estocolmo)<sup>2</sup>. Vários outros cemitérios oitocentistas são assinalados em guias turísticos, dado o seu valor, mesmo em cidades com outro património construído mais conhecido. É o caso do Cemitério Monumental de Milão, do Cemitério de Staglieno, em Génova, do Cemitério de Nápoles ou do Cemitério de Campo Verano, em Roma. Os próprios cemitérios de Veneza e de Florença (S. Miniato al Monte), sobretudo este último, são bastante visitados.

No caso do Cemitério Monumental de Milão, estimam-se em 80 000 os visitantes por ano, o que faz deste sítio uma das principais atracções turísticas da cidade. Esta necrópole oitocentista, considerada uma marca identitária de Milão, possui um serviço de visitas guiadas desde 1998, quando a Comuna de Milão

empreendeu o restauro dos seus principais monumentos sepulcrais.

No caso do Cemitério de Staglieno, motivo de orgulho dos Genoveses, intervenções de restauro em algumas partes mais importantes também foram empreendidas nos últimos anos. A Administração Comunal está empenhada na constituição de um “Centro di Restauro Lapideo” no interior do cemitério, de modo a formar técnicos capazes de intervir em escultura ao ar livre. Foi também aqui recentemente publicada a obra *Arte e Architettura Funeraria (xix-xx)* através do projecto comunitário “Rafael”. A Comuna de Génova editou igualmente um guia multilíngue sobre o Cemitério de Staglieno, intitulado *Arte sotto il cielo*.

Em Bolonha, a Comuna está também a levar a cabo o projecto “Museo della Certosa”, que prevê a musealização parcial do respectivo cemitério. Para tal, decorre actualmente o cadastro dos monumentos sepulcrais em abandono. Um levantamento fotográfico e de epígrafes nos monumentos também está previsto, de modo que sejam editados catálogos. Será colocada sinalética para indicar os percursos de visita e recuperar-se-á até um luxuoso carro funerário oitocentista.

No Reino Unido e nos Estados Unidos da América são numerosas as associações de amigos dos cemitérios e poderiam aqui ser relatados vários casos bem sucedidos de recuperação de património cemiterial por iniciativa destas associações, nomeadamente em Londres. Aliás, no Reino Unido existe a National Federation of Cemetery Friends, que reúne cerca de quarenta grupos voluntários e associações de defesa de cemitérios. Algumas destas associações detêm mesmo os seus próprios cemitérios. Até mesmo o National Trust of Australia publicou umas *Guidelines*

for cemetery conservation, com indicações bastante rigorosas quanto ao que se pode e deve fazer nos antigos cemitérios australianos.

Na Irlanda, o Cemitério de Glasnevin é considerado um panteão nacional e são ali realizadas visitas guiadas. Em Buenos Aires, o Cemitério da Recoleta goza de estatuto semelhante. Os cemitérios de Nova Orleães também são famosos nos Estados Unidos da América, país onde existe mesmo uma associação nacional para o estudo de pedras sepulcrais, que edita anualmente um álbum chamado *Markers*, com artigos de investigação e fotografias.

O interesse pelo tema da arte cemiterial pode aferir-se também através da quantidade de páginas na internet sobre o tema, número que tem vindo a aumentar exponencialmente. As principais vertentes de interesse pelos cemitérios antigos prendem-se com a escultura e – sobretudo no mundo anglo-saxónico – com a antropologia e a genealogia. No caso dos países latinos, a arquitectura funerária tem sido também bastante valorizada. No Rio de Janeiro e, sobretudo, em São Paulo, as respectivas Prefeituras estão a iniciar um processo de valorização patrimonial dos seus principais cemitérios. A consciencialização da importância destes sítios avança cada vez mais rapidamente e são sobretudo os cemitérios e monumentos sepulcrais do século XIX os mais valorizados. Foi nessa época que se criaram os cemitérios como hoje os conhecemos. Foi também no século XIX que mais se investiu em termos artísticos nos cemitérios, correspondendo tal época áurea ao Romantismo e, no caso britânico, ao período Vitoriano.

Fenómenos de emulação e de metaforização da morte deram origem aos mais interessantes, experimentais, pungentes, grandiosos e pomposos túmulos alguma vez feitos ao ar livre no mundo ocidental. A partir do Romantismo, o cemitério permite a democratização da morte. Embora as posses dos encomendadores fossem grandes condicionantes, a tumulação condigna passa a ser quase uma obrigação social, pelo que é sobretudo para o Romantismo que os cemitérios se revestem de grande importância histórico-artística. Quer a arte do século XIX (escultura, arquitectura, artes industriais), quer a sociedade do século XIX só podem ser compreendidas integralmente tendo em conta os cemitérios, a sua localização, a sua

disposição espacial, a sua arquitectura, a sua flora e os seus túmulos<sup>3</sup>.

### Situação em Portugal

No nosso país, o interesse pelos cemitérios como património tem seguido quase a par com o panorama europeu, embora com menor consciencialização da sociedade para o tema. Em Portugal existem cemitérios oitocentistas artisticamente tão relevantes como alguns dos cemitérios estrangeiros supramencionados. Porém, na sua grande maioria, não possuem a mesma dimensão. Ainda assim, existem alguns cemitérios em Portugal que facilmente se podem colocar ao nível dos mais importantes no mundo, aliando a dimensão à qualidade artística e servindo de repositórios historicamente organizados de algumas peças de arquitectura e escultura do melhor que em Portugal se fez durante o Romantismo.

Até há poucos anos, existiam apenas – que se saiba – dois cemitérios oitocentistas portugueses classificados ou em vias de classificação: o Cemitério Antigo de Maçãs de Dona Maria e o Cemitério Judaico de Faro. Quanto ao primeiro, os motivos que levaram ao seu processo de classificação (em curso) prenderam-se com um desmantelamento e a inerente destruição de campas, tendo certamente sido importante a mobilização em torno da defesa da memória local para que o processo fosse espoletado. Quanto ao Cemitério Judaico de Faro, este está classificado desde 1978<sup>4</sup>, sendo assinalado nos guias turísticos, apesar de ser um cemitério diminuto, sem monumentos de realce no interior. O seu interesse é sobretudo histórico, mas, mesmo assim, limitado a uma comunidade cultural restrita. Talvez o facto de ser local de enterramento de uma comunidade minoritária e não ter uso corrente tenha tornado o Cemitério Judaico de Faro local mais facilmente classificável e visto até como algo de “exótico” ou fora do comum.

Os dois cemitérios que referenciámos no parágrafo anterior foram objecto de atenção patrimonial devido a circunstâncias claramente alheias ao seu real valor. Ora, existem variadíssimos outros cemitérios oitocentistas em Portugal com muito maior relevo artístico e até mais antigos do que aqueles dois supramencionados<sup>5</sup>. Face aos estudos sobre o tema que têm vindo a ser

conduzidos em Portugal nos últimos anos, é hoje possível ter uma noção mais clara sobre quais os sítios desta natureza que efectivamente merecem ser classificados. Assim, em 2002 e 2003 foram propostos para classificação vários cemitérios portugueses, com base em critérios rigorosos de valor histórico-artístico:

#### **Propostos como Monumento Nacional:**

- o Cemitério da Lapa, no Porto [tramitando no IPPAR-Direcção Regional do Porto o respectivo processo de instrução, com o n.º 13/12/04 (001) CLS/2002];
- o Cemitério dos Prazeres, em Lisboa (para o qual existe um projecto de musealização a decorrer);
- o Cemitério Britânico de Lisboa.

#### **Propostos como Imóvel de Interesse**

##### **Público:**

- o Cemitério de Viana do Castelo;
- o Cemitério de Braga;
- o Cemitério de Guimarães;
- o Cemitério de Agramonte, no Porto;
- o Cemitério do Prado do Repouso, no Porto;
- o Cemitério de Lamego;
- o Cemitério Central de Aveiro.
- o Cemitério da Conchada, em Coimbra;
- o Cemitério Setentrional da Figueira da Foz;
- o Cemitério de Santo António do Carrascal, em Leiria;
- o Cemitério do Alto de São João, em Lisboa.

Todos estes cemitérios há muito que deviam estar classificados, sendo enorme a sua importância, dada a qualidade, quantidade e especificidade dos monumentos que contêm, bem como a sua organização espacial, a simbologia utilizada, o valor antropológico e arquivístico dos túmulos, entre outros aspectos que também podem ser tidos em consideração.

Existiriam outros cemitérios portugueses passíveis de classificação como Imóvel de Interesse Público, pois são até muito mais importantes do que os supramencionados dois cemitérios já classificados ou em vias de classificação pelo IPPAR. É o caso do Cemitério do Monte do Crasto (ou Cemitério Antigo de Anadia), onde existe uma das mais interessantes e grandiosas capelas tumulares em Portugal. É também o caso do Cemitério da Guarda, onde existe um monumento piramidal

por si só merecedor de classificação.

Os cemitérios oitocentistas de Valença, Caminha, Fafe, Vila Real, Régua, Covilhã, Santarém, Setúbal (tendo em conta a capela mortuária, o portal de entrada e sobretudo os painéis de azulejo rococó do cemitério da Misericórdia, que são únicos do seu género em Portugal), Portalegre, Évora ou Faro, entre alguns mais, também exibem argumentos que poderiam justificar uma classificação. Ainda assim, por agora foi proposta a classificação apenas daqueles cemitérios que, de forma clara e inequívoca, reúnem todas as condições para a sua unânime aceitação como património arquitectónico de grande valor.

A classificação dos cemitérios oitocentistas portugueses, quando estes possuem elevado valor histórico-artístico, é necessária pelas seguintes razões:

- para tornar oficial aquilo que já é sabido, face aos estudos efectuados por todo o mundo – que os cemitérios podem ser um excepcional património colectivo, representativo de uma determinada época, de uma determinada cidade, região e cultura. Os vários cemitérios portugueses propostos para classificação em 2002 e 2003 possuem relevância de nível nacional e internacional;
- para definitivamente convencer as entidades responsáveis por esses cemitérios de que os mesmos são, de facto, muito importantes em termos históricos e artísticos, de modo que a sua actuação seja consentânea com esse princípio;
- para que sejam estabelecidas regras precisas quanto à transformação de monumentos sepulcrais românticos e quanto às demolições (inclusive dos gradeamentos), problema que se abordará mais adiante;
- para que seja mais fácil encontrar financiamento para o restauro de alguns monumentos abandonados que não podem ser novamente concessionados, nomeadamente porque contêm retratos ou outros elementos que certamente os novos concessionários exigiriam retirar. Adiante serão dados exemplos deste problema.

#### **Problemas de classificação levantados pela especificidade dos cemitérios**

Até aqui, os cemitérios portugueses cuja classificação foi proposta têm sido entendidos como sítio e não como conjunto de monumentos. A questão foi muitas

vezes equacionada em outros casos de classificação de cemitérios estrangeiros. Dada a importância dos principais cemitérios românticos portugueses como conjunto, é preferível classificá-los como sítio, uma vez que cada um deles se trata de um todo bem definido, pertencente a uma única entidade, mesmo que esse todo possa estar em parte descaracterizado. Contudo, os acrescentos muito posteriores ao século XIX e os talhões apenas destinados a enterramento temporário devem ficar de fora de qualquer classificação, salvo casos excepcionais devidamente justificados.

Deste modo, o que se tem vindo a propor para classificação são áreas dos cemitérios com jazigos antigos, sujeitos, pois, a um sistema de concessões. No caso de cemitérios de grande dimensão, a classificação monumento a monumento traria grande complexidade em termos de salvaguarda, já que seria necessário conhecer os concessionários de todos os monumentos. Ora, actualmente, nem mesmo as próprias autarquias têm facilidade em sabê-lo e o volume de monumentos dados como abandonados é contínuo.

Apesar de ser preferível classificar cemitérios como sítios, será sempre necessário a médio prazo um inventário, pois a classificação dos cemitérios como um todo não invalida o conhecimento e a destrinça do valor individual das partes constitutivas. Aliás, só desse modo se pode fazer uma eficiente salvaguarda e valorização, nomeadamente ao nível do estabelecimento de prioridades de conservação e restauro.

Aqui se centra uma das questões mais importantes quanto à classificação de cemitérios: se estes têm uso corrente, a sua descaracterização faz-se de forma activa. Se estão abandonados, faz-se por desleixo.

O risco de perdas patrimoniais em cemitérios com uso corrente é substancial, sobretudo ao nível da renovação de concessões de monumentos com retratos (bustos, medalhões, estátuas) que foram dados como abandonados.

## Principais ameaças ao património cemiterial em Portugal

### 1. As novas concessões de monumentos abandonados

O sistema de concessões legalmente adoptado nos cemitérios portugueses faz com que, ao fim de um

determinado número de anos sem que um jazigo seja utilizado ou conservado, a entidade proprietária do cemitério possa decretar a caducidade da concessão. Embora a concessão diga respeito ao jazigo, como espaço de enterramento, na prática envolve todas as benfeitorias, pelo que os monumentos sobre os jazigos revertem para a entidade proprietária do cemitério, em caso de prescrição da concessão. Em geral, as entidades que administram os cemitérios portugueses têm interesse em renovar a concessão desses jazigos a novos titulares não só porque resolvem o problema do abandono do jazigo (muitas vezes relacionado com a própria estética do cemitério, que se quer sempre limpo e asseado), mas também porque é um excelente meio de adquirir verbas. No caso de cemitérios que não podem expandir-se, a pressão para a renovação destas concessões é imensa, uma vez que sem um volume regular destes contratos de concessão a respectiva entidade não consegue financiar a manutenção do cemitério. É isso que se passa com alguns cemitérios privativos do Porto, cujas irmandades não estão autorizadas a expandi-los, o que as torna algo autófagas em termos patrimoniais, apenas por razões



1. Cemitério da Lapa, vendo-se ao centro o primitivo tabuleiro só para mausoléus, obeliscos e estelas, hoje cheio de "caixas" de cantaria, não permitindo a leitura do espaço primitivo

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



2. Busto de Francisco de Assis Sousa Vaz, antes do apeamento  
Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



3. Busto de Francisco de Assis Sousa Vaz, depois da recolocação, já mutilado e com uma peanha improvisada (aquando de uma visita guiada ao cemitério, em 2003)  
Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

4. Cemitério da Ordem do Carmo (Agramonte), dois bustos desaparecidos, posteriormente recolocados  
Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

de equilíbrio financeiro. Tal situação foi particularmente grave no Cemitério da Lapa, que perdeu muita da sua autenticidade no século xx, quando os velhos monumentos foram sendo substituídos. Estes monumentos que foram substituídos não eram uns monumentos quaisquer, já que o Cemitério da Lapa era o cemitério de elite do Porto romântico e foi tal a procura que o mesmo encheu-se de mausoléus e capelas até ao início do século xx. De então para cá, encravado num pequeno quarteirão e sem hipótese de expansão, o Cemitério da Lapa só contabilizou perdas, bastante graves em muitos casos (Fig. 1). Actualmente, a pressão para a substituição dos monumentos ainda existe, mas a consciencialização do seu valor está a ganhar terreno, pelo que há cada vez mais quem prefira aproveitar os monumentos antigos. Nem sempre tal solução fica mais dispendiosa. Aliás, em termos de monumentalidade, é óbvio que fica hoje mais caro fazer um monumento de novo com dimensão semelhante ao monumento antigo do que recuperar o monumento antigo.

O Cemitério da Ordem do Carmo, em Agramonte (Porto), é aquele que actualmente mais tem sofrido este processo autófago, ao ponto de terem sido destruídas algumas obras de qualidade, uma delas importantíssima, que acabaria por ser salva, já mutilada, graças à atenção de uma pessoa interessada na matéria. Referimo-nos ao busto do Dr. Francisco de Assis Sousa Vaz, que não só foi o melhor médico do Porto do seu tempo (e um dos melhores do país), mas também foi o impulsor da criação dos cemitérios do Porto

com carácter de modernidade, tendo mesmo defendido a designação “Prado do Repouso” para o primeiro cemitério municipal da sua cidade (Fig. 2). Este busto foi apeado do seu pedestal, de modo que o monumento passasse a outra família, que certamente não queria ali um busto de alguém com quem não tinha parentesco. Quando o busto foi localizado, estava já mutilado e a sua peanha fora destruída (Fig. 3). Felizmente, a Câmara Municipal do Porto agiu de forma firme, mas o episódio teve como consequência um importante monumento mutilado e ainda em situação dúbia, já que não pode agora ser removido, mas há certamente interesse por parte da Ordem do Carmo em rentabilizar aquele espaço.

Em geral, esta destruição de bustos e retratos é feita de forma discreta, de modo que a Câmara Municipal do Porto (que tem tutela sobre as obras feitas nas secções privadas existentes nos cemitérios municipais) fique perante um facto consumado. Assim, através deste sistema, foram já destruídos vários monumentos na secção privada da Ordem do Carmo, em Agramonte, como um curioso mausoléu com grade original em ferro fundido, profundamente simbólica.



Outro monumento que iria ser novamente concessionado também foi despojado de dois curiosos bustos, os quais viriam mais tarde a ser recuperados e recolocados, por ordem da Câmara Municipal do Porto (Fig. 4).

Um dos monumentos mais recentemente demolidos nesta secção privativa, também com um busto (Fig. 5), deu origem a um processo disciplinar, levado às últimas consequências. Tal episódio pode ser considerado como um ponto de viragem na salvaguarda dos cemitérios municipais do Porto, a qual prossegue de forma lenta, mas consistente.

Relativamente a outros cemitérios portugueses, é sobretudo por ignorância que a destruição se processa (por vezes de forma gratuita) e não tanto por pressão autófaga. É o caso de um monumento muito interessante e original desenhado por Ribeiro Cristino para o Cemitério de Santo António do Carrascal, o qual serviu de modelo para túmulos posteriores naquela região. Foi demolido, ao passar a concessão para outra família, não estando sequer em muito mau estado. Porém, neste caso, não só o facto de ser antigo (entendido talvez como antiquado), mas também o facto de não ter senão um lugar de inumação acima do solo terão precipitado a demolição. Actualmente, está no local uma capela completamente desenquadrada dos restantes monumentos e de muito mau gosto. A fotografia que apresentamos deverá ser o único registo existente deste monumento sepulcral já inexistente, talvez o primeiro delineado pelo pintor Ribeiro Cristino para o Cemitério de Santo António do Carrascal (Fig. 6).

Ainda no Cemitério de Santo António do Carrascal, a capela da família Leitão, uma das mais originais em Portugal, certamente obra de Francisco Maria Teixeira (artista que se especializou em arquitectura sepulcral, usando estéticas neoclássicas tardias mescladas com algum exotismo<sup>6</sup>), foi demolida ingloriamente há cerca de nove anos, tendo tal facto obliterado seriamente o ordenamento espacial daquele que ainda é um dos mais notáveis conjuntos tumulares do país. A capela foi dada como abandonada, apesar de existir família, que não foi a tempo de evitar a demolição. Hoje, há apenas quatro fotografias da capela, nenhuma delas com a perspectiva geral, pelo que ficamos com mais uma lacuna no que de melhor se fez em Portugal nesta área. A construção que veio substituir a capela anterior (cujo restauro não ficaria necessariamente mais dispendioso) choca bastante com os restantes monumentos, tendo sido utilizada uma cantaria negra polida, dissonante do calcário utilizado nos monumentos em volta (Fig. 7).

Muitas vezes, derruba-se por uma questão de gosto, de actualização, de tornar personalizado o monumento da nova família concessionária. A verdade é que este novo monumento é sempre de inferior qualidade e implica, muitas vezes, uma perda patrimonial considerável. Esta perda pode ser artística, histórica, mas também simbólica. É o caso de uma cabeceira original, à frente da qual se dispunha um cão em pedra, existente no Cemitério Central de Aveiro. À volta do túmulo girava uma lenda, com certo fundamento. O cão representado era real e tinha nome: *Fiel*. Sem nada



5. Cemitério da Ordem do Carmo (Agramonte), monumento com busto, demolido

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

6. Cemitério de Santo António do Carrascal (Leiria), monumento desenhado por Ribeiro Cristino (demolido)

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

7. Cemitério de Santo António do Carrascal (Leiria), capela feita com materiais dissonantes, no local onde esteve a capela da família Leitão

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



8. Cemitério Central de Aveiro, monumento desmantelado  
Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



que o justificasse, uma vez que a Câmara Municipal de Aveiro administra vários cemitérios, o jazigo foi passado a outra família. Tão curioso e sugestivo monumento (o único no referido cemitério que possuía uma epígrafe de canteiro local anterior a 1880) engrossou o rol dos dispensáveis. Mesmo estando em bom estado e mesmo não prejudicando aquilo que a nova família concessionária ali pretendia fazer, o monumento foi apeado. Em sua substituição vê-se hoje ali uma campa rasa. Neste caso, o desmantelamento do monumento foi totalmente injustificado, evidenciando a ignorância de quem o permitiu. Felizmente, o coveiro guardou as peças nas traseiras do cemitério (Fig. 8), onde supomos que ainda hoje se encontrem, pelo que pode ser possível reparar o erro no futuro.

O bom senso, neste caso, esteve do lado do coveiro. Porém, na maior parte das vezes não é isso que se passa. Com frequência, os coveiros são os primeiros a incentivar a demolição daquilo que consideram ser velho e mesmo a destruir, “pela calada” e a pedido de concessionários, aquilo que a administração do

9. Grade de um jazigo dedicado a um padeiro, no Cemitério da Conchada, em Coimbra  
Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



cemitério não permitiria modificar ou demolir se, para tal, fosse contactada.

## 2. Os gradeamentos e outras peças acessórias dos monumentos

Mas não são apenas os monumentos sepulcrais objecto de nova concessão que correm riscos. Nos monumentos que giram debaixo de uma mesma família desde o início é também comum a destruição, sobretudo de elementos originais importantes que, por modismo, são considerados dispensáveis. É o caso das grades de mausoléus, frequentemente retiradas não só porque se degradam mais rapidamente que a pedra – no caso de não terem manutenção regular –, mas também porque impedem o acesso facilitado aos jazigos, tantas vezes já com novas lápides polidas, insistentemente lavadas com produtos químicos agressivos.

O monumento sepulcral oitocentista tem de ser visto como um todo. A grade tem a sua função estética e física, sendo mesmo característica da nossa arte cemiterial, uma vez que em outras culturas não se utilizaram geralmente grades nos monumentos de cemitérios do século XIX. Em certos casos, é até mais importante a grade que o restante monumento (Fig. 9). Há alguns anos, estudávamos a sepultura de um importante serralheiro de Leiria, cuja lápide era profusamente trabalhada com simbologia profissional. “Devia ter visto a grade” – afirmava a descendente da família, tal era o esmero dessa obra de serralharia. A verdade é que não a vimos e não a iremos ver certamente, pois foi retirada há mais de vinte anos. Alegadamente, por ser muito alta, dificultava a limpeza da campa. Assim, a parte mais simbólica e esmerada da interessante sepultura de uma família de serralheiros foi destruída pelos próprios descendentes. A busca da funcionalidade e a ignorância andaram aqui a par.

Também há alguns anos, deparámo-nos com um coveiro que procurava convencer uma família – a quem foi renovada a concessão de um monumento antigo – a retirar a grade, simplesmente porque já antes o coveiro tinha feito o mesmo com outro modelo semelhante de grade e, assim, poderia completar a vedação do muro da sua casa.

Em alguns casos, a retirada de grades explica-se sobretudo por crenças actuais, como, por exemplo, a





10. Cemitério dos Prazeres, monumento "restaurado" pela Câmara Municipal de Lisboa, sem a grade e com uma cobertura transparente acrílica

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

repugnância que algumas pessoas hoje sentem ao ver os seus mortos entrar no jazigo de forma oblíqua, através de escadaria para o carneiro subterrâneo. Assim, procuram abrir uma entrada vertical em jazigos antigos, implicando frequentemente o desmantelamento da grade. Foi já possível num caso destes, graças à nossa intervenção, fazer com que pelo menos três dos quatro panos da grade se mantivessem.

Noutros casos, a retirada da grade faz-se ao abrigo de uma alegada valorização do monumento. Existe mesmo uma situação que consideramos algo grave, de um curioso monumento existente no Cemitério dos Prazeres, em forma de bancada de marceneiro, com os respectivos instrumentos de trabalho. O monumento foi restaurado pela Câmara Municipal de Lisboa, mas retiraram-lhe a grade, pelo que o monumento perdeu a sua leitura original. Para além disso, cobriram o monumento com uma caixa transparente acrílica, que seria de evitar, não só porque artificializa um monumento que deveria ostentar a pátina do tempo, como também virá a colocar problemas estéticos quando a cobertura começar a sujar-se (Fig. 10). Se isto se passa num cemitério onde o processo de musealização já decorre, então só podemos concluir que há muito caminho ainda a percorrer em Portugal, em termos de uma definição de critérios de intervenção e salvaguarda do património cemiterial.

No caso de capelas sepulcrais, a substituição de portões originais é mais rara, porque a sua função de vedação é insubstituível. Mesmo assim, sobretudo por motivo de deterioração dos portões, dão-se casos de substituições verdadeiramente infelizes. Foi o que



sucedeu numa capela existente no Cemitério de Santo António do Carrascal (Leiria). Esta capela, uma das melhores obras de Ernesto Korrodi, que também desenhara o portão em harmonia estética com o monumento, viu o seu portão original substituído por uma vulgar porta em alumínio (Fig. 11).

Por vezes, são outras as peças interessantes dos monumentos sepulcrais que se destroem por simples ignorância (Fig. 12). Foi o caso de uma capela na secção lateral do Cemitério da Lapa que mudou de titular há poucos anos. Ao serem feitas obras, um vaso produzido pela Fábrica de Santo António do Vale da Piedade foi propositadamente quebrado por um dos coveiros, de modo a aproveitar os leões e fazer um arranjo no pátio da sua casa. Note-se que um vaso igual ao que foi destruído valeria no mercado certamente para cima de 500 euros (Fig. 13).

### 3. A destruição das primitivas inscrições

A inscrição num monumento é um importante registo histórico, sendo muitas vezes importantíssima para se fazer a história de famílias. Em alguns casos, os monumentos sepulcrais registam dados que não podem ser encontrados em mais lado algum, pelo que



11. Cemitério de Santo António do Carrascal (Leiria), capela delineada por Ernesto Korrodi, sem o portão original

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

12. Um anjo saldo da importantíssima Fábrica de Cerâmica das Devesas, em estado deplorável (Cemitério da Ordem do Carmo, em Agramonte)

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

13. Um vaso da extinta fábrica de Massarelos totalmente negligenciado e já em muito mau estado (Cemitério de Paços de Brandão)

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

14. Urnas ossuárias em pedra mármore outrora no parapeito do muro da segunda divisão do Cemitério da Lapa

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



os cemitérios são verdadeiros arquivos ao ar livre. No mundo anglo-saxónico, existem associações e investigadores que se dedicam apenas a registar epitáfios, havendo mesmo publicações sobre técnicas de leitura não destrutiva de epígrafes mais apagadas. Infelizmente, este aspecto tem sido bastante descurado em Portugal – onde o problema é mais grave, tendo em conta que a renovação de concessões é aqui hábito frequente, ao contrário do Reino Unido ou dos Estados Unidos da América, onde as concessões são efectivamente perpétuas, mesmo que ninguém cuide dos túmulos, sendo a destruição mais frequente provocada por abandono ou vandalismo.

É óbvio que nenhuma família que adquire um jazigo antigo pretende ter inscrições alheias aos seus entes queridos no monumento que vem por acréscimo. Por essa razão, picam-se os nomes ou cobrem-se os mesmos com uma lápide. Ora, em muitos casos de monumentos, tal seria impensável. Imagine-se, por exemplo, que o túmulo de Passos Manuel, no Cemitério de Santarém, era dado como abandonado. Ninguém com bom senso poderia admitir uma renovação da concessão a outra família, pois tal implicaria a obliteração das inscrições referentes

a tão importante figura portuguesa do século XIX.

No caso de antigos monumentos de figuras menos importantes que sejam concessionados de novo, a prática corrente deve ser sempre esta por parte da administração dos cemitérios: fotografar os monumentos e registar os respectivos epitáfios. Defendemos que a fotografia deve ser obrigatória em qualquer pedido de licenciamento de obras num jazigo com monumento antigo, mesmo que não esteja prevista qualquer alteração.

#### 4. Deslocamento de cemitérios ou de monumentos para outros locais

A realocação de monumentos é sempre de evitar, porque impede a leitura do cemitério como um todo, nomeadamente em termos de cronologia de construção dos monumentos, em termos de fenómenos de emulação ou cópia entre monumentos próximos, ou no que diz respeito a relações familiares entre possuidores de monumentos contíguos.

Este fenómeno de realocação de monumentos não é muito comum em Portugal. Porém, deve ser referenciado como um dos problemas patrimoniais dos cemitérios oitocentistas. Veja-se o caso das urnas ossuárias em pedra mármore que foram feitas para embelezar o parapeito do muro da segunda divisão do Cemitério da Lapa, sendo algumas delas esculpidas com símbolos da morte romântica ou de carácter heráldico e profissional. Encontram-se hoje amontoadas nas traseiras do cemitério, sem haver qualquer motivo que o justifique (Fig. 14). No caso de Leça do Balio, o facto de obras da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na igreja monástica terem apontado para o desafogo da sua fachada, obrigou à transferência de monumentos sepulcrais para outros locais do cemitério, sendo que essa lógica é hoje difícil de perceber, mesmo para um especialista<sup>7</sup>.

O encerramento de cemitérios antigos e a abertura de outros são já um fenómeno mais comum em Portugal e implicam geralmente grandes perdas para a memória local. No caso de Montemor-o-Velho, o cemitério situado no castelo foi vítima de um certo preconceito – herdeiro de concepções de património já ultrapassadas. Vários monumentos perderam-se e mesmo os que foram para um novo cemitério estão hoje comple-

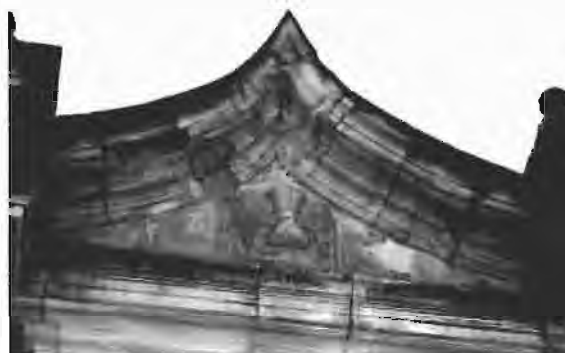


tamente descontextualizados. O mesmo se passou em Torres Novas, mas várias décadas antes. No caso do Arrabal (Leiria), a construção do novo cemitério não implicou a destruição completa do anterior. Porém, este ficou encerrado e deixado ao dispor do avanço do mato, o que foi uma opção pouco consentânea com os valores que o cemitério contém. Já o mesmo não sucedeu em Custóias (Matosinhos). O velho cemitério é hoje um adro calcetado, com as capelas sepulcrais a envolver o espaço (Fig. 15).



15. Custóias (Matosinhos), cemitério antigo

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



16 e 17. Cemitério de Santo António do Carrascal (Leiria), capela de José da Silva Santos com tímpano em mau estado

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

### 5. Os restauros feitos por pessoal não especializado

Falar em restauro de monumentos sepulcrais oitocentistas em Portugal é hoje quase anedótico. Os saberes tradicionais relativos à pedra perderam-se e a manutenção dos monumentos antigos é quase sempre feita por marmoristas sem a formação mínima e os conhecimentos técnicos básicos. Em outros casos, a manutenção é também feita pelos próprios funcionários dos cemitérios, muitos com apenas umas noções de trolha ou de pedreiro. Os monumentos sepulcrais ainda são vistos geralmente como obra menor, pelo que se prestam a estes atropelos. Os resultados estão à vista. Damos apenas um exemplo, no Cemitério de Santo António do Carrascal: a capela de José da Silva Santos – uma das mais grandiosas e originais em Portugal (Fig. 16). No tímpano do frontão, o calcário esfarela-se e as molduras vão desaparecendo. Há vários anos, alguém decidiu aplicar cimento em superfície tão periclitante, precipitando o destacamento de grandes quantidades de pedra trabalhada (Fig. 17). Esta situação é a regra em casos semelhantes e não a excepção. Por vezes, os monumentos são de tal maneira lavados

(porque um monumento branco é ainda visto como sinónimo de bom trabalho), que as lixívias usadas precipitam o amarelecimento da pedra poucos anos depois.

Quando a manutenção é feita pelos familiares, o uso de detergentes agressivos é muito comum, acelerando bastante o processo de deterioração da pedra.

Necessitamos em Portugal de restauradores/conservadores de monumentos sepulcrais. Porém, não só é necessário que quem possua os monumentos passe efectivamente a recorrer a estes técnicos, como também estes últimos devem ser realmente competentes. Há cerca de cinco anos, quando a Santa Casa da Misericórdia do Porto contratou com uma empresa o restauro de monumentos cuja conservação estava a seu cargo, o resultado foi lamentável em alguns deles. No caso do gigantesco mausoléu dedicado a José Plácido Campeam, a pedra foi de tal modo lavada com abrasivos que as inscrições desapareceram e as tentativas para as reavivar foram parcialmente infrutíferas. Num outro monumento também existente na secção privativa da

18. Monumento de José Caetano Moreira, no Prado do Repouso  
Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



Misericórdia do Porto (Prado do Repouso) foi necessário chamar a atenção para alguns disparates que tinham sido introduzidos no epitáfio, após uma “limpeza” excessiva da pedra.

19. Monumento de José Caetano Moreira, detalhe da estátua, antes do restauro  
Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



### Alguns bons exemplos de gestão e salvaguarda de cemitérios históricos

São ainda poucos os exemplos de uma correcta salvaguarda e valorização do património cemiterial em Portugal. Quase todos os casos que conhecemos reportam-se aos principais cemitérios de Lisboa e Porto. A Divisão de Higiene Pública da Câmara Municipal do Porto acolheu de forma positiva várias propostas de estágio em restauro de pedra no Cemitério do Prado do Repouso, onde a quantidade de monumentos abandonados é significativa e a sua tipologia – pequena volumetria, variedade de tipos de pedra e patologias – constitui um desafio interessante para restauradores.

A primeira experiência de verdadeiro restauro do património cemiterial do Porto

ocorreu em 2001, no monumento de José Caetano Moreira – o maior até então erigido no Prado do Repouso<sup>8</sup>. Trata-se de um monumento ao abandono, não passível de nova concessão, uma vez que foi erigido como enquadramento da estátua do finado – obra de Emídio Amatucci (Fig. 18). Apenas a estátua foi intervencionada e, mesmo assim, não de forma completa. Os problemas de conservação na estátua do monumento de José Caetano Moreira deviam-se, sobretudo, à falta de manutenção. A peça de escultura em análise apresentava excrementos e escorrências brancas provenientes de aves de pequeno porte; enegrecimento e formação de crostas negras (Fig. 19); eflorescências salinas de gesso sem deposição de poluentes atmosféricos e colorações verde e avermelhada por colonização de organismos biológicos.

A intervenção feita na estátua de José Caetano Moreira foi amplamente condicionada pelo facto de ter sido conduzida em ambiente muito diferente do laboratório. A exposição às intempéries, a distância a que se encontravam equipamentos/produtos e o local da sua armazenagem nas instalações do Prado do Repouso, bem como a ausência de rotinas na actividade de restauro de pedra no cemitério tornaram o trabalho muito complexo e demorado (Figs. 20, 21 e 22). Os resultados inesperados foram mais do que os esperados – algo relativamente comum em conservação e restauro, o que levou a muita reflexão sobre as melhores formas de ultrapassar a pouca eficiência da combinação de certos produtos. De facto, ainda há muito por investigar na área da conservação da pedra dos nossos monumentos, sobretudo em Portugal. É necessário deixar de fazer só investigações de laboratório, que não têm em conta múltiplos factores externos. A investigação já publicada em Portugal nesta área não tem verdadeira aplicação prática e mesmo algumas soluções dadas como adquiridas e preconizadas em bibliografia estrangeira nem sempre resultam.

No que respeita à área da conservação e restauro de pedra, verificamos que não existe bibliografia sobre a realidade portuguesa<sup>9</sup>. Esta lacuna nota-se tanto em estudos específicos sobre conservação de pedra como em obras de carácter genérico.

Entretanto, em 2002, alguns alunos finalistas do curso de Restauro de Pedra da Escola Profissional Centro



20, 21 e 22. Monumento de José Caetano Moreira, restauro da estátua

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

de Estudos e Trabalho da Pedra (no Porto) restauraram outros monumentos oitocentistas no Prado do Repouso. Sónia Magdalena Cardoso interveio num curioso monumento em forma de árvore decepada (n.º 89, secção 13). Marlene Rocha interveio no monumento dedicado pela prostituta de luxo Henriqueta Emília da Conceição à sua amada Teresa Maria de Jesus, ao qual andam associadas varias lendas, em parte verdadeiras<sup>10</sup>. Este mausoléu é um dos mais singulares do cemitério, tendo o n.º 177, secção 33. É certamente de 1868, sendo constituído por pedestal de granito simples, servindo de mero suporte a uma estátua de São Francisco. É forçoso assinalar que a estátua marmórea de São Francisco existente neste monumento não é de grande qualidade artística. Contudo, a sua importância simbólica é muito grande. O monumento é provavelmente o mais visitado no Prado do Repouso, sendo notáveis as quantidades de flores e velas que ali se colocam diariamente, deixando o monumento em muito mau estado. Aliás, falta-lhe já a grade, cujo modelo não chegámos a conhecer. Assim, o restauro foi muito complexo e ainda hoje se levantam várias questões sobre o que fazer ao monumento, já que a indução da sua degradação é fortíssima.

A Câmara Municipal do Porto promoveu também nos últimos anos o restauro das capelas mortuárias do Prado do Repouso (Fig. 23) e de Agramonte, algo que foi igualmente feito pela Câmara Municipal de Lisboa

nos seus principais cemitérios. No Cemitério dos Prazeres, a capela mortuária serve hoje de núcleo museológico e oficina de restauro. A recuperação de peças vindas de jazigos abandonados tem sido sistemática. Contudo, no caso de Lisboa, julgamos que se tem retirado do contexto peças que facilmente poderiam manter-se nos locais originais após nova



23. Capela mortuária do Prado do Repouso, restauro do pavimento

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



24 e 25. Um outro retrato executado por Albino Barbosa, que foi encontrado partido em pedaços há cerca de três anos, talvez por desprendimento do jazigo, já que o parafuso estava muito oxidado

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

concessão (como os crucifixos), não se justificando que tenham integrado o dito núcleo museológico, até porque, na sua grande maioria, são peças quase sem valor se vistas isoladamente.

No caso do Porto, ainda não se avançou o suficiente na recuperação de peças móveis de jazigos abandonados. Em 2002, dois retratos fotográficos da autoria de Albino Barbosa – dos mais antigos e mais interessantes do género em Portugal (Figs. 24 e 25), foram recolhidos pela administração do Cemitério de Agramonte. Neste caso, tratava-se de peças que não poderiam subsistir no jazigo após nova concessão, pelo que se justificou a sua retirada, para evitar o seu desaparecimento. Há vários anos que, no Porto, se equaciona a possibilidade de instituir um núcleo museológico com estas peças, mas nada ainda foi concretizado.

26. Cemitério da Lapa, visita guiada

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



Apesar das reservas que nos suscitam algumas formas de actuação na salvaguarda do património cemiterial do Cemitério dos Prazeres, a verdade é que o seu projecto de valorização, chamado “In Memoriam”, é extremamente louvável. O projecto está a decorrer, de forma algo lenta (sobretudo ao nível da edição de roteiros temáticos), mas o serviço de visitas guiadas por marcação funciona e existe sinalética apropriada no cemitério. O Cemitério da Lapa, no Porto, foi também já objecto de várias visitas guiadas (Fig. 26). Aliás, nos principais cemitérios do Porto não foram só feitas visitas turísticas, mas também algumas aulas ao ar livre, quer para alunos de Restauro, quer para alunos de Arte, História, Património e Arquitectura.

Nos cemitérios municipais do Porto, foi feito um inventário fotográfico dos monumentos oitocentistas que merecem preservação, tendo tudo sido devidamente catalogado, de modo que haja um controlo sobre as obras de arte existentes. Aquando de pedidos de alteração de jazigos, o recurso às fichas ilustradas permite desde logo saber se o monumento em causa está na lista dos protegidos e, estando, se o que se pretende modificar pode ser autorizado ou não. Recorre-se, por vezes, a pareceres externos. Recentemente, a Câmara Municipal do Porto adoptou uma estratégia que se recomenda para todos os cemitérios importantes do país: um mausoléu em Agramonte foi novamente concessionado. A família pretendia removê-lo e fazer uma campa rasa. A Divisão de Higiene Pública da Câmara Municipal do Porto não aceitou a demolição do monumento antigo. O acordo foi feito do seguinte modo: o monumento foi afastado do centro do jazigo para um dos extremos e o terreno onde assenta (e o próprio monumento) passaram a ser propriedade da Câmara Municipal do Porto. O restante terreno dividiu-se em duas partes – a mais larga para enterramentos e a mais curta para ossuário. Assim, talvez pela primeira vez em Portugal, um jazigo foi concessionado sem a inclusão do monumento anterior, tendo este ficado no mesmo local. O único aspecto menos positivo foi o facto de o restauro do monumento – a que a nova família foi obrigada – ter levado ao apagamento de epígrafes. Felizmente que estas tinham sido parcialmente por nós registadas.



do cemitério (Fig. 27), sob nossa sugestão, foram os monumentos novamente erguidos, desta feita como decoração de dois gavetos do cemitério (Fig. 28). Foi a solução possível, que teve o mérito de consciencializar as entidades responsáveis para o facto de os monumentos serem vistos como mais-valias e não como empecilhos. Quando alguém quer construir de novo, o monumento antigo pode ser um embaraço. Porém, quer para quem administra o cemitério, quer para os cidadãos em geral, o monumento é uma herança colectiva e um valor a preservar. Deve ser este o modo de pensar e actuar nestes casos. No Cemitério de Santo António do Carrascal, um monumento não estudado e com retrato em bronze ia ser também demolido, por estar abandonado e a Câmara Municipal de Leiria pretender abrir um arruamento mais largo no local onde se encontrava, de modo a entrarem ali máquinas para abrir covais. Após conversa com o encarregado do cemitério, sugerimos que a cabeceira do monumento – a parte mais interessante – fosse separada do restante monumento e mantida junto ao local como elemento decorativo, o que foi feito, permitindo que o caminho se alargasse. Obviamente, o monumento foi registado

27. Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (Agramonte), monumento desmantelado

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

Também em Agramonte, na secção privativa da Ordem Terceira de São Francisco, adoptou-se uma solução de recurso que devia ser igualmente imitada em outros cemitérios. Dois monumentos foram apeados dos seus locais, por terem sido renovadas as concessões dos respectivos jazigos a outras famílias. A Ordem Terceira de São Francisco autorizou a sua demolição, privilegiando a entrada de verbas que a nova obra permitia. Porém, passado algum tempo e estando as pedras dos monumentos ainda intactas num terreno



28. Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (Agramonte), dois monumentos recuperados como forma de embelezamento

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

29. Cemitério de Santo António do Carrascal, monumento que viria a ser apeado, salvaguardando-se a cabeceira e o retrato em bronze

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela

30 e 31. Cemitério de Santo António do Carrascal, capela, antes e depois do restauro

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela



por nós fotograficamente antes de ter sido apeado e obliterado (Fig. 29). Foi também a solução possível.

Ainda em Leiria, no Cemitério de Santo António do Carrascal, uma capela em muito mau estado passou para outra família e foi restaurada com o recurso a pedras trabalhadas preexistentes, mas integradas num novo contexto, que não choça com a estética do cemitério (Figs. 30 e 31). Esta solução certamente foi influenciada pelo facto de o cemitério ter estado então

em estudo e muitos concessionários terem ficado conscientes do valor dos seus monumentos. Chegámos mesmo a receber um telefonema de alguém que pretendia saber como renovar a sua capela sepulcral sem prejudicar a respectiva estética. É claro que outros casos no Cemitério de Santo António do Carrascal são infelizes e já demos exemplo de alguns (Figs. 32 e 33).

Em conclusão, os bons exemplos de salvaguarda do património cemitierial são muito poucos e todo este processo está ainda no início. A classificação dos principais cemi-

térios portugueses é fundamental para precipitar uma maior consciencialização colectiva. Muitos monumentos com valor estão a perder-se, mas os sinais para o futuro são positivos. Em 2003, surgiu um anúncio na imprensa que reflecte isso mesmo: quando se anuncia a “venda” de jazigos, refere-se normalmente a sua capacidade; nesse caso, aludia-se simplesmente ao facto de ser um jazigo antigo e de beleza arquitectónica.

Os valores estão, decididamente, a mudar.

32 e 33. Cemitério de Santo António do Carrascal, um mau exemplo do que vai sendo feito em Portugal em cemitérios de grande interesse patrimonial: os cemitérios são como cidades dos mortos e possuem também a sua zona histórica, no caso de zonas históricas mais notáveis, como a do Cemitério de Leiria, não é admissível que se continue com tão brutal descaracterização

Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela





<sup>1</sup> *Cementerios de Andalucía. Arquitectura y Urbanismo*. Textos de Javier Rodríguez Barberán. S.I.: Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas y Transportes. 1993.

<sup>2</sup> RUGG, Julie – *Cemeteries: a cultural history. 1740-2001*. Provas para publicação, s/p.

<sup>3</sup> Sobre este assunto veja-se QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a arte Funerária Oitocentista em Portugal. Consolidação da Vivência Romântica na Perpetuação da Memória*. Tese de doutoramento em História da Arte concluída em 2002 e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dois volumes em três tomos policopiados (854 + 732 + 707 páginas, incluindo 1472 ilustrações). Este é, até hoje, o trabalho mais completo sobre a arte cemiterial em Portugal.

<sup>4</sup> IRIA, Alberto – Os Judeus no Algarve Medieval e o Cemitério Israelita de Faro do Século XIX. História e epigrafia. *Anais do Município de Faro*. Faro. 14, 1985, p. 55.

<sup>5</sup> Nomeadamente os que temos vindo a estudar desde 1995, contando-se até ao final de 2002 mais de seiscentos cemitérios portugueses levantados fotograficamente e catalogados na sua quase totalidade (num total de mais de cinquenta mil fotografias). Esse levantamento foi complementado com recolha de dados em mais de cinquenta arquivos em Portugal, tendo resultado para cima de trinta títulos, entre dissertações académicas, artigos e comunicações.

<sup>6</sup> Veja-se PORTELA, Ana Margarida, QUEIROZ, Francisco – *O Cemitério de Santo António do Carrasçal: Arte, História e Sociedade de Leiria no Século XIX*. Estudo realizado entre 1998 e 2000, patrocinado pela Câmara Municipal de Leiria (versão policopiada com três volumes e seiscentas ilustrações). Marinha Grande: Magno Edições. 2003 (no prelo).

<sup>7</sup> Veja-se QUEIROZ, J. Francisco Ferreira – A “última morada” de Leça do Balio: história e património. Comunicação apresentada nas *III Jornadas de História e Património Local – Mosteiro de Leça do Balio: 1000 Anos de História* (Leça do Balio, 17 e 18 de Outubro de 2003). A publicar.

<sup>8</sup> PORTELA, Ana Margarida, QUEIROZ, Francisco – O monumento erigido em memória de José Caetano Moreira, no Prado do Repouso. Análise histórico-artística e intervenção de restauro. In *Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto*. Porto. 2003 (no prelo).

<sup>9</sup> Com excepção para a seguinte obra: BARROS, Luís Aires de – *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e Patologias*. Colecção Cadernos. Lisboa: IPPAR. 2001. 2 vols. (versão revista e aumentada da edição de 1991).

<sup>10</sup> Sobre este assunto veja-se QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da Vivência Romântica na Perpetuação da Memória*. Tese de doutoramento em História da Arte, volume 1, tomo 2, pp. 478-479.